

Proposta de cronograma para o Grupo Jornalismo, Direito e Liberdade 2016-2017

Resumo

O presente programa de debates e seminários tem por objeto o jornalismo, suas marcas identitárias (históricas, metodológicas e institucionais) e sua razão de ser (investigar, fiscalizar e criticar o poder em público) na mediação do debate público, em uma abordagem de transdisciplinaridade entre os campos dos Estudos da Comunicação, do Direito Constitucional e da Filosofia Política. O propósito geral é estabelecer os fios de uma genealogia dos princípios estruturantes da imprensa e, em particular, da imprensa no Brasil, com atenção também para os marcos normativos auto-regulatórios internos à profissão e presentes na formação do jornalista. A metodologia articula estudo bibliográfico com estudos sobre as instituições do jornalismo e suas relações com a opinião pública e a cultura política. O plano de trabalho inclui a organização dos seminários descritos a seguir, e o lançamento de um website, além de orientações em nível de graduação e pós-graduação.

Enunciado do Problema e Objetivos

O objetivo primordial dos dois primeiros anos de atividade do Grupo **Jornalismo, Direito e Liberdade** é fornecer subsídios conceituais para requalificar os conceitos e padrões normativos que envolvem a profissão e a instituição da imprensa.

O ponto de partida é o diagnóstico – a ser problematizado como hipótese de trabalho – de que a cultura política média no Brasil não recepcionou em seu repertório o conceito moderno de imprensa, nos marcos do Estado democrático de Direito. Em nosso País, a ideia mesma de imprensa, em lugar de ser concebida como o espaço social (instituição não jurídica e não estatal) gerado pela atividade jornalística (atividade voltada ao exercício do dissenso e da crítica ao poder), foi assimilada tacitamente como um dispositivo difusor de informações de um certo interesse público enviesado segundo a perspectiva do poder político, no âmbito do qual a contestação é vista como vício, uma distorção a ser evitada. Embora aparentemente neutra e

inofensiva, essa noção contraria o aprendizado das democracias mais duradouras e estáveis, e reduz o ideal da figura do jornalista à função de operador técnico, relativamente fungível, desobrigado de atuar como contrapoder em relação às autoridades públicas e aos grandes interesses econômicos. Um sintoma disso pode ser notado no fato de que, na maior parte das faculdades, a assessoria de imprensa é ensinada como uma das múltiplas especializações do jornalista, como se fosse parte natural da profissão. Ora, se a assessoria de imprensa é jornalismo, que definição de jornalismo estamos ensinando aos jovens que se entregam a essa vocação?

Nessa perspectiva, os trabalhos buscarão referências históricas, metodológicas e institucionais para pensar o conceito de imprensa no Estado democrático de Direito e, a partir daí, compreender e criticar sua relação tensa com a cultura política no Brasil. Questionará as raízes da visão que prevaleceu entre nós, segundo a qual a virtude na imprensa (e, necessariamente, no jornalismo) se distancia da crítica radical para se aproximar de um modelo de prestação de serviço informativo supostamente neutro.

Ao final dos trabalhos, ao cabo de dois anos, espera-se restabelecer e re-situar o vínculo (fundamental e fundante) entre o conceito de imprensa e a prática do jornalismo independente.

Justificativa

Como o ponto de partida da pesquisa é o diagnóstico (a ser problematizado em reuniões, seminários e publicações) de um déficit de cultura política, sua justificativa deve dar conta da explanação sumária desse diagnóstico.

Não faltam escolas de jornalismo no Brasil. O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, o Enade, promovido pelo MEC (Ministério da Educação), avaliou, em 2012, nada menos que 277 cursos de jornalismo. Os alunos desses cursos tiveram boa avaliação no exame do MEC. Se comparados com universitários de outras graduações que prestaram o mesmo Enade, obtiveram a maior porcentagem de

¹ O número total, porém, é ainda maior do que isso – estima-se que esteja em torno de 300 –, pois as faculdades que ainda não têm alunos concluintes (os que são os matriculados no ano em que concluirão sua graduação) ficam de fora do Enade.

Ano 2 - 2017

Semestre 3

TEMA DO SEMESTRE: Definições, distinções e casos paradigmáticos da profissão de jornalista

- **26 de abril de 2017. CJE-ECA, das 14h00 às 17h00.**

Jornalismo: instituição e expressão.

EXPOSITORES: Camilo Vannuchi e Virgílio Afonso da Silva

DEBATEDORES: Vitor Blotta e Eduardo Nunomura

1. As quatro idades da imprensa.
 2. As quatro vertentes da visão institucional de imprensa.
 3. A ideia do “quarto poder”.[1]
 4. A ética da responsabilidade na imprensa.
 5. Regulação pública da imprensa: entre o necessário e o temerário.
1. BIBLIOGRAFIA: STEWART. NITRINI, Rodrigo. WEBER (Política como vocação). MIÈGE. KOVACH e

ROSENSTIEL. LAFER (A mentira). CURRAN & SEATON. Power Without Responsibility. Broadcasting and the Press in Britain, London: Routledge, 2003, 55-66.

- **24 de maio de 2017. IEA, das 14h00 às 17h00**

Um conceito de Imprensa para os cursos de jornalismo.

EXPOSITORES: Eugênio Bucci e Dennis de Oliveira (convidado)

DEBATEDORES: Bruno Paes Manso e Vitor Blotta

1. Independência e discurso desinteressado.
2. Criação de um conceito de Imprensa, instituição cujo idioma é o jornalismo.
1. BIBLIOGRAFIA: BUCCI. (“Uma profissão, um conceito”).

HABERMAS. Medios, mercados y consumidores: la prensa sería como espina dorsal de la esfera pública política. In: Ach, Europa! (2009, p. 129-135).

Semestre 4

TEMA DO SEMESTRE: Formas contemporâneas do jornalismo e propostas para uma escola de Jornalismo no Brasil

- 13 de setembro de 2017. CJE-ECA, das 14h00 às 17h00.**

Por que a incompreensão da imprensa favorece a censura (mesmo inadvertidamente).

EXPOSITORES: Vitor Blotta

DEBATEDORES: Eugênio Bucci e Calos Eduardo Lins da Silva

1. 1808: entre *O Correio Braziliense* e *A Gazeta do Rio de Janeiro*
2. Tradição cultural.
3. Tradição jurídica.
4. O apego à ilusão da vigilância.
5. Conflitos entre direitos da personalidade e direito à informação.
6. Os marcos regulatórios democráticos e sua função de inibir a censura.

7. “Media freedom”, regulação positiva e regulação negativa.
 8. “Disclosing”, “shaming”, “outing”, “redress” e a noção de “dano”.
 9. Processos de regulação, regras de propriedade e regulação de conteúdo.
 10. Perspectivas liberal, liberal pluralista e comunitária de regulação.
1. BIBLIOGRAFIA: BRITO. BUCCI. (*O desejo de censura*). CARVALHO FILHO. DINES (*O papel do jornal*). PETLEY, Julian. *Media and Public Shaming: drawing the boundaries of disclosure*, 2013.
 2. FREEDMAN, Des. *The Politics of Media Policy*, 2008.

- **22 de novembro de 2017. IEA, das 14h00 às 17h00.**

Modelos curriculares para o ensino de jornalismo em graduação.

EXPOSITORES: Carlos Chaparro (Convidado) e Ciro Marcondes Filho.

DEBATEDORES: Vitor Blotta e Eugênio Bucci

1. Modelos da UNESCO.
 2. Proposta de Tom Rosenstiel.
1. BIBLIOGRAFIA: Proposta UNESCO, ROSENSTIEL.
 3. Diretrizes do MEC: avanços e bloqueios.
1. BIBLIOGRAFIA: Diretrizes do MEC.